

## **A universidade e os paradoxos do nosso tempo\***

Enrique Huelva

Vice-reitor da Universidade de Brasília

A Universidade de Brasília e a sociedade à qual ela serve são a razão de ser do compromisso solene que hoje reassumo, com plena consciência das responsabilidades inerentes ao cargo, e que me motivam e legitimam a pedir-lhes licença para proferir algumas palavras como vice-reitor desta Universidade, projetando, como me cabe e como cabe a todos, os próximos anos da nossa instituição, na medida em que os desafios impostos por um presente, ora vertiginosamente mutante, ora estático e paralisante pela prolongação incerta de uma crise que nos ameaça como seres vivos e nos desafia como sociedade, possibilitem esse exercício de reflexão.

Escolho para tal a forma do paradoxo. Paradoxo, não como mera figura retórica ou como contradição lógica que bloqueia o fluxo de pensamento, mas como aquela inquietação de espírito que nos instiga a desafiar lógicas longamente sedimentadas sobre dicotomias tidas em muitos casos como insuperáveis, que nos compelem a escolher um dos lados opostos. O resultado é, com frequência, a obstrução, quando a nossa essência como universidade é e deve ser, ao contrário, o impulso, a inspiração, o entusiasmo.

Escolho, como primeiro, um paradoxo muito atual. Nas suas quase já seis décadas de existência, a Universidade de Brasília foi construída, quase exclusivamente, com base no que os sociólogos chamam interação comunicativa, isto é, a unidade mínima e fundamental de sociedade, que se constitui a partir da presença física – corpórea – em um mesmo espaço e tempo de dois ou mais indivíduos que interagem comunicativamente. Milhares de disciplinas e turmas, centenas de laboratórios, centros, núcleos,

conselhos, colegiados e áreas administrativas construíram a Universidade, na cotidiana proximidade dos nossos encontros e reencontros (talvez até alguns desencontros), das uniões e reuniões em cada um desses espaços. Mas, de repente, a pandemia quebrou abruptamente essa normalidade: a proximidade deu lugar à inevitabilidade da prescrição do distanciamento, nossos corpos são agora virtualizações reduzidas à bidimensionalidade de uma tela, e as nossas aulas e reuniões acontecem, paradoxalmente, na reclusão dos espaços de trabalho dos nossos domicílios. A Universidade foi obrigada a se reinventar. E ela se reinventou. Com as dificuldades inerentes ao tamanho do desafio, mas também com a criatividade, a dedicação incansável e o saber fazer dos nossos técnicos, discentes e docentes.

Chegará o momento – esperemos que não demore muito – em que a pergunta se torne possível e, com ela, o paradoxo implicado inevitável: que fazemos com essas duas realidades, com essas duas formas de construir universidade, com esses dois mundos? Voltamos ao original, a uma universidade baseada na interação, renunciando a tudo o que foi gerado, optamos pela virtualização ou produzimos uma hibridação entre ambos os mundos? Admito que estou distante de poder dar uma resposta minimamente fundamentada a essa pergunta. Seguramente devemos inclusive considerar que ainda é prematuro tentar formular uma resposta adequada. Contudo, me parece oportuno fazer alguns apontamentos. Primeiro, destaco que é imprescindível que a universidade responda a essa pergunta, antes que outros respondam por ela ou contra ela. Em segundo lugar, a resposta não pode desvirtuar a universidade, fazer perder ou limitar as suas essências virtuosas, conquistadas ao longo do tempo e com o esforço de muitos. No sentido desse alerta, a tecnologia que ora, felizmente, permite aproximar quem está distante não pode se transformar em um elemento que distancie quem poderá estar perto. A virtualização ou

a “remotização” tem os seus limites na obviedade de uma presença corpórea indispensável (no saber-fazer e experienciar-fazer do manejo de um microscópio, de uma centrífuga ou da preparação de uma amostra de laboratório, por exemplo). Mas também na mais sutil observação, como explana Gilles Deleuze, de que uma aula se constitui como configuração espaço-temporal, na qual acontece uma emergência e evolução temáticas altamente dinâmicas, através das inquietações, dúvidas, ansiedades, perguntas e pontos de vista de um conjunto de pessoas que se engajam organicamente em um mesmo processo. Na tela, pelo contrário, apesar de toda a evolução tecnológica, a possibilidade de experienciar que estamos imersos em um único processo e de perceber isso desde a perspectiva interna, de quem está inserido no processo, ainda encontra os seus limites no reconhecimento de que cada um dos participantes está observando externa e individualmente a tela de um computador. E, finalmente, cabe apontar que a mesma tecnologia que, por uma parte, gera um enorme potencial de inclusão, que supera as barreiras do espaço e do tempo e que expande a capacidade comunicativa de forma quase ilimitada, não deve, por outra parte, provocar a exclusão daqueles que por motivos econômicos não têm acesso adequado aos equipamentos e serviços necessários. Nesse sentido, a inclusão digital deverá ser um elemento perene central na política de assistência da instituição.

O segundo paradoxo não é tão novo quanto o primeiro. Entretanto, foi adquirindo maior proeminência, à medida que as universidades, no geral, ou certas áreas de conhecimento, em particular, foram objeto de ataques e questionamentos. Como antídoto a esses ataques, exigiu-se de nós, e nós mesmos também nos exigimos, tornar universidade e produção científica mais comunicáveis, participando mais e de forma mais eficaz em processos comunicativos. Mas como defender a relevância da procura por *sapientia* e

*veritas* em um ambiente dominado cada vez mais por blogueiros, influenciadores digitais, algoritmos e robôs ou, no pior dos casos, por profissionais da construção e difusão de meias verdades, verdades aparentes ou crassas mentiras deslavadas? Não seria justamente a participação nesse meio o que poria em risco a nossa credibilidade e o direito da reivindicação da verdade e da sua importância social e política? Tivemos recentemente exemplos paradigmáticos desse tipo de embates, que mostraram que até a veracidade de um objeto captado por fotos de satélite ou o rigor metodológico dispensado pelas mais prestigiosas instituições de pesquisa do mundo no combate à pandemia enfrentaram grandes dificuldades na construção de uma consciência coletiva ou verdade social consensuada sobre aspectos tão importantes para o nosso presente e futuro. Por outro lado, também é óbvio que a omissão e o enclausuramento em uma Torre de Babel não representam alternativas cogitáveis. Eis, pois, o desafio: como resolvermos esse paradoxo? Talvez um primeiro passo importante seja identificar nele um fenômeno social e histórico que, além de ser motivo do nosso estranhamento, deva ser também objeto do nosso estudo e esclarecimento.

O último paradoxo é mais antigo e, quiçá por isso, também o mais visceral. Ele está constituído, poderíamos dizer de forma sumária, pelos termos excelência e inclusão, e pelas tensões que podem decorrer do uso dicotômico deles. Na abordagem desse paradoxo, me parece adequado partir de uma diferenciação inicial: em um âmbito referencial específico do termo “inclusão”, a história recente demonstra que a universidade (em particular, a nossa) tem avançado muito na solução do paradoxo, enquanto em outro estamos ainda no início de uma longa jornada. Me refiro, no primeiro caso, à inclusão, entendida como a democratização e representatividade sociais do acesso à e da permanência na universidade.

Importantes passos foram dados com a aprovação e implementação da política de acessibilidade, de políticas afirmativas e sistemas de cotas, primeiro na graduação e, mais recentemente, na pós-graduação. Cabe defender e lutar para ampliar essas conquistas necessárias, especialmente perante um horizonte de restrições nada promissor. Mas voltando ao ponto: o histórico de sucesso acadêmico das políticas afirmativas quebrou antigos preconceitos relativos a uma suposta perda de qualidade e ajudou a superar, em parte, o referido paradoxo e a distensionar a relação entre os termos que o integram. No segundo âmbito, não obstante, os avanços são bem mais humildes. Expresso esse outro âmbito referencial do termo “inclusão” com ajuda de alguns interrogantes: qual a relevância social e econômica do impacto das nossas publicações ou da melhoria da universidade na avaliação pelos rankings internacionais para a sociedade na qual ela está diretamente inserida? E como explicar que essa relação existe e é vital? Incluir de uma forma mais ampla e eficaz a sociedade nas nossas práticas e as nossas práticas na sociedade representa, sem dúvida, um dos nossos maiores desafios. Esse desafio se concretiza, por exemplo, em mostrar o impacto socioeconômico e financeiro da formação de profissionais de altíssimo nível, o papel fundamental da universidade para a construção de um serviço público de qualidade, para o desenvolvimento da cultura e das artes, de uma educação de qualidade em todos os níveis, da criação e fixação de empresas de alta tecnologia e a criação de postos de trabalho altamente qualificados, da humanização das relações sociais, do fortalecimento das práticas democráticas. Dispomos de várias ferramentas para corresponder a esse conjunto de desafios: a criação e o fortalecimento de ambientes de construção e transferência de tecnologias (também de tecnologias sociais), o parque tecnológico, todas as modalidades de práticas extensionistas, especialmente a presença permanente por meio de polos de extensão, o envolvimento da Universidade na solução de problemas

concretos por meio do ensino e da pesquisa, como tão exemplarmente está acontecendo no caso do combate à epidemia. Nos cabe a todos, como membros da comunidade da UnB, contribuir para a expansão e o fortalecimento desses e de outros mecanismos.

Os desafios são muitos e são complexos, mas é parte da vocação da Universidade de Brasília, está no DNA da nossa Universidade, assumi-los com coragem e superá-los com excelência.

\*Discurso proferido durante a solenidade de recondução aos cargos de reitora e vice-reitor para o mandato 2020-2024.